

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**REQUERIMENTO Nº , 2003**  
**(Do Sr. Leonardo Picciani)**

Requer a constituição de Subcomissão Especial para discutir a questão do Primeiro Emprego.

**Senhor Presidente.**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno, a constituição de Subcomissão Especial, junto a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para discutir a questão do Primeiro Emprego, solicitando desde já, a avocação de todas as proposições referentes ao tema, para a referida subcomissão.

### **JUSTIFICATIVA**

Considerando que, hoje, mais de 22 proposições sobre o assunto: Primeiro Emprego, estão tramitando na Câmara dos Deputados, venho propor a constituição de subcomissão especial que apense todas as propostas, de modo a embasar a implementação de uma **Política Nacional do Primeiro Emprego**.

Segundo dados do IBGE, o desemprego na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade é bem maior que entre as demais. Hoje, atinge 17%, contra 8,7% da média nacional. Dos 51,1 milhões de jovens com idade entre 10 e 24 anos, 71,6% faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA) em 2001.

No Brasil, em razão da falta de oportunidades da área educacional, de cada 10 jovens, sete não têm outra alternativa de inserção senão entrar cedo no mercado de trabalho. Assim, a discussão para se criar uma Política Nacional do Primeiro Emprego é o primeiro passo para aumentar o número de vagas disponíveis à nível nacional e, consequentemente, começar a resolver o problema do desemprego no país.

O acesso ao mercado de trabalho, além de aumentar a esperança dos jovens brasileiros diante do futuro, uma das razões que desviam essas pessoas do caminho da violência que hoje domina os grandes centros urbanos, também seria uma excelente ferramenta para diminuir o índice de criminalidade à nível nacional.

A criação da subcomissão especial aqui proposta seria ainda uma estratégia para reverter as atuais falhas dos programas já colocados em prática, que não levam em consideração que muitas empresas demitem outros funcionários para contratar mão de obra financiada pelo governo. Da mesma forma, as inúmeras proposições em tramitação na Câmara dos Deputados procuram viabilizar o primeiro emprego, e não o primeiro trabalho, não estabelecendo parâmetros para a concepção de programas de treinamento e critérios rigorosos de avaliação.

Ao mesmo tempo, essas proposições deixam de lado as proteções sociais mínimas (saúde, acidentes, aposentadoria e treinamento profissional) ao passo que, quando se limitam a reduzir os encargos sociais para viabilizar a contratação de jovens, essa redução é realizada de maneira tênu e incerta, não estimulando os empresários a usarem esta vantagem.

Por todos esses motivos, considero de suma importância a implementação de uma subcomissão especial na Câmara dos Deputados para discutir esse assunto. Somente através do debate e recolhimento de opiniões diversas de políticos, estudiosos e representantes da sociedade, seremos capazes de aparar as arestas das políticas já propostas e em andamento e propor, democraticamente, uma estratégia única para viabilizar o primeiro emprego à nível nacional.

Atenciosamente,

**LEONARDO PICCIANI**  
**Deputado Federal PMDB/RJ**